



Instituto dos Advogados Brasileiros

Av. Marechal Câmara, 210, 5º andar - 20020-080

Tels.: (21) 2240.3921/2240.3173

www.iabnacional.org.br

iab@iabnacional.org.br

ATA DA 40ª (QUATRAGÉSSIMA) SESSÃO ORDINÁRIA, da gestão 2016/2018 DO INSTITUTO DOS ADVOGADOS BRASILEIROS, REALIZADA NO DIA 17 (DEZESSETE) DO MÊS DE MAIO DO ANO DE 2017 (DOIS MIL E DEZESSETE).

Aos dezessete dias do mês de maio do ano de dois mil e dezessete, às dezoito horas, no Plenário do Instituto dos Advogados Brasileiros, foi realizada a 40ª Sessão Plenária, sob a Presidência do Dr. Tércio Lins e Silva, compondo a mesa o Diretor Secretário Dr. Antônio Laért Vieira Júnior, em substituição ao Secretário Geral Dr. Jacksohn Grossman e o Diretor Secretário Dr. Carlos Eduardo Machado a quem a secretaria dos trabalhos foi confiada. O Senhor Presidente abriu a sessão informando aos associados que às sessões são transmitidas ao vivo pela internet, pelo canal live Stream, que é só baixar o aplicativo do IAB. O Senhor Presidente chama o novo associado Dr. Gustavo Mano Gonçalves, para tomar posse como membro efetivo, tendo como seu proponente os Drs. Sérgio Francisco de Aguiar Tostes e Marcello Augusto Lima de Oliveira, que após fazer a leitura e assinatura do termo de posse foi saudado pelo seu proponente Dr. Marcello Augusto Lima de Oliveira, que cumprimentou a todos os presentes e enalteceu o belo curriculum do novo associado, que contribuiu para construção da lei referente às atividades de tratamento, processamento, estocagem, liquefação e comercialização de gás natural. O Presidente chama o novo consócio que da tribuna do plenário fez sua primeira manifestação: "É uma honra ingressar no berço do direito brasileiro. Vou me esforçar para contribuir, da

CTM

1



Instituto dos Advogados Brasileiros

Av. Marechal Câmara, 210, 5º andar - 20020-080

Tels.: (21) 2240.3921/2240.3173

www.iabnacional.org.br

iab@iabnacional.org.br

melhor forma, para o engrandecimento da instituição e, especialmente, dos estudos na área do direito regulatório, com o qual lida a comissão de que farei parte". O novo consócio fará parte da Comissão de Energia, Petróleo, Gás, Infraestrutura e Mineração. O Senhor Presidente comunicou o falecimento do Consócio Dr. Sergio Ronaldo Sahione Fadel, no último dia 10 de maio e será encaminhado voto de profundo pesar à família. O Presidente fez a leitura de um comunicado do Consócio Dr. Leonardo Sica, sobre "Constrangimento para entrar no Supremo Tribunal Federal, que afronta à dignidade Profissional". O Presidente transformou a proposta em indicação e designou relator da matéria o Dr. João Carlos Castellar Pinto. Passando a **Ordem do Dia**, a primeira **indicação nº 026/2017**, de autoria do Dr. Adilson Rodrigues Pires, sobre Projeto de Lei de Conversão nº 10/2017, em tramitação no Congresso Nacional, que "Institui o Programa de Regularização Tributária junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil, à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, à Procuradoria-Geral Federal e às autarquias e fundações públicas e federais e dá outras providências". Relator da matéria Dr. Fabio Martins de Andrade, da Comissão de Direito Financeiro e Tributário, contrário ao Projeto de Lei de Conversão, que trata da agilização do pagamento de dívidas tributárias com a União. O projeto visa a converter em lei a Medida Provisória 766, que instituiu o Programa de Regularização Tributária junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional. O prazo de vigência da MP 766, editada no dia 5 de janeiro, se encerrará no dia 1º de junho. O PLV 10/2017, de autoria da

CM



Instituto dos Advogados Brasileiros

Av. Marechal Câmara, 210, 5º andar - 20020-080

Tels.: (21) 2240.3921/2240.3173

www.iabnacional.org.br

iab@iabnacional.org.br

Comissão Mista do Congresso Nacional, altera o art. 25 do decreto 70.235/72, que regula o processo administrativo fiscal no âmbito federal. O projeto estabelece que quando o voto de desempate, chamado de voto de qualidade, mantiver o auto de infração, o devedor será exonerado das multas a ela relacionadas, desde que pague à vista ou em parcelas a sua dívida com a União. De acordo com o relator, "a matéria é muito importante no cenário jurídico nacional, mas o PRT, nos moldes do projeto de lei de conversão, viola o princípio da igualdade". Segundo o relator, o princípio da isonomia é ferido pois o voto de desempate nos julgamentos dos processos cabe aos presidentes das Turmas da Câmara Superior de Recursos Fiscais, cargos ocupados por representantes da Fazenda Nacional. "Em 97% dos casos, o voto duplo dado pelo presidente, que tem direito ao voto ordinário e ao de desempate, é pró-fisco, em detrimento dos contribuintes que impugnam cobranças abusivas e arbitrárias perpetradas pela Receita Federal". Pela legislação, os representantes dos contribuintes ocupam as vice-presidências das turmas. A composição é a mesma estabelecida no Regimento Interno do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf), órgão colegiado com atribuição de julgar em segunda instância administrativa os litígios em matéria tributária e aduaneira. No Carf também há a previsão do voto de qualidade para os presidentes. "Se for aprovada a mudança no âmbito legal sugerida pelo PLV, necessariamente deverá ser implementada, na sequência, a correspondente adequação na esfera regimental", alertou o relator. Disse que o projeto contraria o princípio "expressamente consagrado no

CM



Instituto dos Advogados Brasileiros

Av. Marechal Câmara, 210, 5º andar - 20020-080

Tels.: (21) 2240.3921/2240.3173

www.iabnacional.org.br

iab@iabnacional.org.br

artigo 112 do Código Tributário Nacional", segundo o qual, em caso de dúvida, a decisão será favorável ao réu e contra o fisco. "Se o princípio é o de que deve prevalecer, sempre que possível, a aplicação da regra menos severa ao contribuinte, o empate seria suficiente para atrair a interpretação mais favorável a ele e contra o fisco", argumentando o Consócio. Para o relator, "é evidente que o voto duplo de um dos conselheiros que compõem o órgão colegiado competente para decidir o caso caracteriza injusto privilégio e discriminação em relação aos demais". Ainda segundo relator, "o voto duplo viola expressamente o artigo 5º da Constituição Federal acerca da igualdade de todos perante a lei, como também a própria essência do princípio republicano do estado democrático de direito determinado no artigo 1º da nossa Lei Maior". O Parecer é contrário ao Programa de Regularização Tributária. Colocado em votação, o parecer foi aprovado em caráter de urgência. Passando para segunda **indicação nº 051/2016**, de autoria do Consócio Dr. Sergio Luiz Pinheiro Sant'Anna, sobre "Análise da Constitucionalidade e Legalidade do Decreto de Calamidade Pública no Estado do Rio de Janeiro". Relator da matéria o Dr. Guilherme Peña de Moraes, da Comissão de Direito Constitucional. Devido à ausência do Relator a indicação fica adiada para próxima sessão. O Presidente comunica ter uma proposta de membro efetivo para ser votada do Dr. Rodolpho Cezar Aquino Bacchi, proponente Dr. Victor Farjalla. Colocada em votação, a proposta foi aprovada. Passando para o expediente, o Presidente fez a leitura da ata do dia 10/05/2017, que fica em mesa para ser aprovada na próxima

CS



Instituto dos Advogados Brasileiros

Av. Marechal Câmara, 210, 5º andar - 20020-080

Tels.: (21) 2240-3921/2240-3173

www.iabnacional.org.br

iab@iabnacional.org.br

sessão e a votação da ata do dia 03/05/2017, que foi aprovada. O Presidente fez a leitura das obras doadas a Biblioteca Daniel Aarão Reis: Doação do Autor e Consócio: Doutor José Rubem Folena de Oliveira. Constituição rasgada: anatomia do golpe. Rio de Janeiro: Senge-RJ, 2016. 148p. Intervenção Judicial. Rio de Janeiro: Senge-RJ, 2016. 124p. Doação do Autor e Consócio Tarcísio Vieira de Carvalho Neto, Responsabilidade civil extracontratual do Estado por omissão. Brasília, DF: Gazeta Jurídica, 2014. O princípio da impessoalidade nas decisões administrativas. Brasília, DF: Gazeta Jurídica, 2015. Doação da OAB-RJ, ALMEIDA, Tania; PELAJO, Samatha; JONATHAN, Eva. Mediação de conflitos: para iniciantes, praticantes e docentes. Salvador: Ed. JusPodivm, 2016. ANDRIGHI, Nancy. Corregedoria Nacional de Justiça: organização e procedimento. Rio de Janeiro: Forense, 2017. ARAÚJO, Thiago Cardoso. Análise econômica do direito no Brasil: uma leitura à luz da Teoria dos Sistemas. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016. CARVALHO NETO, Tarcísio Vieira de. O princípio da impessoalidade nas decisões administração. Brasília, DF: 2015. COSTA, Leonardo de Andrade. Os desafios da substituição tributária: a incidência do ICMS sobre o vinho. Rio de Janeiro: FGV, 2015. CUSTODIO, Vinícius Monte. Um novo olhar sobre as apropriações no direito brasileiro. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017. FALCÃO, Joaquim; ARGUELHES, Diego Werneck; RECONDO, Felipe. Onze supremos: o supremo em 2016. Belo Horizonte, MG: Letramento: Casa do Direito: Supra: Joita: FGV Rio, 2017. OLIVEIRA, Fábio André Uema. Tombamento de instrumentos jurídicos para a restauração de bens imóveis

CEU



Instituto dos Advogados Brasileiros

Av. Marechal Câmara, 210, 5º andar - 20020-080

Tels.: (21) 2240-3921/2240-3173

www.iabnacional.org.br

iab@iabnacional.org.br

protegidos. São Paulo: CEPGE, 2014. MONTEIRO FILHO, Carlos Edison do Rêgo. Problemas de Responsabilidade Civil. Rio de Janeiro: Revan, 2016. OLIVEIRA, Miguel Luiz Barros Barreto de. A indústria do mero aborrecimento. Juiz de Fora: Editar Editora Associada Ltda, 2016. PINHEIRO, Rogerio Neiva. Negociação trabalhista: como negociar em audiência de conciliação na justiça do trabalho. São Paulo: LTr, 2016. QUEIROZ, Luiz Fernando de. Facilitador do Novo CPC 2017. Curitiba: Bonijuris, 2017. RAMAYANA, Marcos; MORAES, Ana Luiza. Legislação eleitoral brasileira. Niterói, RJ: Impetus, 2016. RODRIGUES, Marcelo. Consolidação normativa da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Rio de Janeiro: parte extrajudicial comentada. Rio de Janeiro: ANOREG/RJ, 2017. Doação da EMARF, Revista da Escola da Magistratura Regional Federal 2ª Região, v. 25, n. 1 Nov. 2016/Abr. Rio de Janeiro: EMARF - TRF 2ª Região/RJ, 2015. Doação do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, Revista do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. n. 61, jul./set. 2016, Rio de Janeiro: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, 2016. Doação da Associação dos Advogados Boletim AASP. 1ª quinzena de maio de 2017, nº 3037. Passando para lista de oradores inscritos, o Presidente chama o primeiro orador Dr. Luiz Gustavo de França Rangel, que falou sobre o Projeto de Lei nº 498/2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, que "Altera a Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, para permitir a dedução, em dobro, das despesas incorridas com a contratação de empregados com mais de cinquenta anos de idade, para fins de cálculo do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica e da Contribuição

CEU



Instituto dos Advogados Brasileiros

Av. Marechal Câmara, 210, 5º andar - 20020-080

Tels.: (21) 2240.3921/2240.3173

www.iabnacional.org.br

iab@iabnacional.org.br

Social sobre o Lucro Líquido". Já discutido no IAB em maio de 2014. Agora rejeitado nas Comissões do Senado. O que gostaria de deixar registrado em ata essa manifestação. O segundo orador inscrito Dr. Duval Vianna, que apresentou proposta de indicação sobre "desnacionalizar o território brasileiro". Colocado em votação a pertinência da matéria a qual foi aprovada e encaminhada a Comissão de Direito Agrário. O Presidente comunica que esteve dando palestra para uma plateia de aproximadamente 700 estudantes da Universidade de Santa Cruz do Sul (Unisc), sobre "Advocacia em tempos de cólera", na segunda-feira (15/5), na abertura da VI Jornada Lia Pires, realizada em homenagem ao advogado Oswaldo de Lia Pires, um dos mais importantes criminalistas do Rio Grande do Sul, morto aos 92 anos, em 2010. Falou da importância do "processo penal democrático" e defendeu "as prerrogativas da advocacia". E entre os palestrantes também estava o advogado criminalista Amadeu Weinmann, coordenador regional do IAB na Região Sul, que tem mais de 50 anos de carreira e 30 como professor de Direito Penal. No local do evento, deu posse, como membro efetivo, ao advogado Ezequiel Vetoretti, presidente da subseção da OAB/RS de Santa Cruz do Sul. Passando para o terceiro orador inscrito Dr. Alexandre Brandão Martins Ferreira, que fez um convite a todos para assistir um Filme que narra o Genocídio Armênio. "A Promessa", narra a história do Genocídio Armênio cometido pelo Império Otomano no início da Primeira Guerra Mundial. O Presidente comunicou que no dia 22 de maio, das 18h às 20h, no IAB ocorrerá Seminário de Integração Regional - Os desafios e as perspectivas da

CCV



Instituto dos Advogados Brasileiros

Av. Marechal Câmara, 210, 5º andar - 20020-080

Tels.: (21) 2240-3921/2240-3173

www.iabnacional.org.br

iab@iabnacional.org.br

América Latina na atual conjuntura geopolítica. No dia 30 de maio, Seminário "O mercado de trabalho para a mulher brasileira nos tempos atuais e no dia 2 de junho, palestra sobre "Mediação em debate - Aplicação ao Direito Imobiliário". Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente às 20:00 horas, deu por encerrada a Sessão, da qual eu, Carlos Eduardo Campos Machado, como secretário dos trabalhos, lavrei a presente Ata.

Técio Lins e Silva
(Presidente Nacional)

Carlos Eduardo Campos Machado
(Secretário dos Trabalhos)